

9661 100 81

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Finanças estaduais

• O governador Vítor Buaiz, do Espírito Santo, promoveu, na semana passada, um encontro dos governadores dos estados mais endividados e com menor poder de barganha. Foram convidados 14, compareceram oito. Amanhã, recebidos por Mário Covas, todos os governadores devem reunir-se em São Paulo, para cobrar do Governo federal uma solução definitiva para a angustiante situação financeira que herdaram.

A Constituição de 1988 procurou repartir mais igualmente a participação na renda pública nacional de municípios, estados e União. No entanto, apesar de terem recebido mais dinheiro, os municípios ficam apenas com 16,3% do total dos impostos, os estados com 26,7%, ficando 57% para a União. Além disso, o Governo federal dispõe de instrumentos de intervenção, como o Banco Central em relação aos bancos estaduais, e de financiamento, como o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, criando, na realidade, uma situação de subordinação das demais unidades da Federação ao poder central de Brasília.

A maioria dos governadores que tomaram posse em 1994 recebeu os seus estados com dívidas imensas, inclusive, por vezes, com atraso no pagamento do funcionalismo. Houve exceções para confirmar a regra: Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará, que estavam relativamente ajustados.

impedidos de contrair dívidas novas e deveriam privatizar as suas empresas. No caso de São Paulo, as suas dívidas com o Banespa só poderiam ser reestruturadas se, além de tudo isto, oferecesse também em garantia parte de seu patrimônio.

O governador Mário Covas negociou longamente com o Governo federal, apresentou uma lista de garantias, mas, devido à demora do Senado em aprovar a sua negociação, demora que aumentou a dívida em vários bilhões por causa das altas taxas de juros, acabou desistindo. O Banespa, sob intervenção do Banco Central desde antes de sua posse, acabou tornando-se um banco federal.

A partir da chegada à presidência do BNDES de Luiz Carlos Mendonça de Barros, um especialista em engenharia financeira, o grande banco de fomento industrial tornou-se o principal agente da intervenção federal no processo de negociações com os estados.

Mendonça de Barros perce-

Ao assumirem, quase todos os governadores calcularam a inflação do ano em, no mínimo, 60%. Fizeram as suas contas sobre o aumento de arrecadação que teriam no período e acharam que podiam dar aumentos ao funcionalismo, tanto o próprio, como o do Legislativo e do Judiciário.

A inflação real foi de menos da metade do previsto, em consequência, a arrecadação não cresceu o esperado, enquanto as folhas inchadas tinham um crescimento vegetativo de 1% a 2% ao mês, principalmente em virtude dos privilégios que os funcionários têm ao se aposentar. O Brasil é o único país do mundo que paga mais a quem não trabalha do que aos que estão em atividade.

Para enfrentarem a emergência e poderem pagar as folhas, alguns governadores recorreram a empréstimos junto a bancos particulares, aceitando as taxas de juros mais que extorsivas da época, coisa de 4% ao mês.

A soma dessas circunstâncias resultou na falência das finanças estaduais e na revoada a Brasília de governadores desesperados. Pleitearam o alongamento de suas dívidas, mais recursos dos bancos oficiais, avais para empréstimos externos, enfim, tudo o que pudesse aliviar a sua penúria. As importâncias envolvidas variavam de poucas centenas de milhões, como no caso de Alagoas, o mais desorganizado de todos, até dezenas de bilhões, como no caso de São Paulo, o que mais influência tem no panorama nacional.

O Governo federal aceitou conceder alguns auxílios de emergência, mas estabeleceu uma série de exigências para encaminhar soluções definitivas. Os estados teriam de enxugar as suas folhas, ficariam

beu que, se não fosse possível adiantar imediatamente aos estados dinheiro por conta das privatizações, elas não andariam. Os governadores não abririam mão de poder em benefício de seus sucessores. Daí a idéia do dinheiro por conta, que teve o Estado do Rio como primeiro cliente, com a Cerj.

O estado que Mendonça de Barros considera o melhor exemplo da parceria com o BNDES é Mato Grosso. Com o lápis na mão, faz as contas: a arrecadação líquida de Mato Grosso é de 73,5 milhões por mês. As folhas do funcionalismo do Executivo, Legislativo e Judiciário somam 52 milhões. O custeio consome outros nove milhões. Portanto, há um resultado primário de 12 milhões. Deduz-se desse superávit os 13 milhões do serviço da dívida e um milhão de encargos sociais. O resultado é um déficit de dois milhões, que um pequeno aperto pode zerrar. A dificuldade estava em pagar três meses de atraso do funcionalismo. Esta dificuldade foi superada com uma adiantamento do BNDES, por conta da privatização da Telemat, a empresa estadual de telefonia.

— O Dante de Oliveira saiu da depressão e está trabalhando a toda, para arrumar investimentos para o estado, diz Mendonça de Barros. Complicada é a vida dos governadores que gastam com a folha mais do que arrecadam, como é o caso do Espírito Santo.

Ajustados ou não, os governadores vão pedir uma regra geral de atendimento ao Governo federal. O presidente do BNDES acha isto impossível e injusto para os que fizeram um esforço para pôr ordem na casa. "Cada caso tem de ser examinado como um caso à parte", diz ele. O conjunto do Governo dirá a mesma coisa.